



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - DPVAT			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1124/16	DATA: 15/09/2016	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	INÍCIO: 10h17min	TÉRMINO: 12h21min	PÁGINAS: 42

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARCO AURÉLIO FRANÇA - Delegado Titular da Delegacia de Itapipoca, Estado do Ceará. JOÃO VASCONCELOS SOUSA - Diretor do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU do Estado do Ceará. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO - Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

SUMÁRIO

Audiência pública para fins de integração de informações obtidas pela CPI na Câmara dos Deputados com as conclusões da apuração conduzida pelos Deputados no Estado do Ceará.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Bom dia!

Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que investiga a existência de fraudes na concessão do Seguro DPVAT — Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre.

Ordem do Dia.

A Ordem do Dia prevê a realização de uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com a finalidade de integrarmos as informações obtidas até então pela CPI na Câmara dos Deputados com as conclusões da apuração conduzida pelos Deputados aqui no Estado do Ceará.

Esta audiência contempla requerimento de minha autoria, aprovado com o apoio da unanimidade dos colegas da CPI no dia 6 de julho de 2016.

Propus que a CPI se deslocasse até aqui para ouvir, das autoridades locais e dos nobres colegas que aqui integraram a CPI, o que descobriram e como ocorria a fraude contra o DPVAT no Ceará.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, na pessoa do seu Presidente, Deputado Zezinho Albuquerque, que abriu as portas desta Casa Legislativa e que nos recebeu e ofereceu total apoio para a realização desta CPI.

Aproveito também para agradecer à nossa assessoria da CPI, à Taquigrafia da Câmara dos Deputados e ao apoio do Sr. Carlos Alberto Teodoro Carvalho, Secretário da CPI, que se deslocaram até aqui ao Ceará.

Eu queria rapidamente fazer um breve histórico e, depois, compor a Mesa. Na realidade, o DPVAT é um seguro extremamente importante, é um dos seguros universais no Brasil. Todo brasileiro que sofrer um acidente, independentemente de ter pago ou não o DPVAT, tem acesso ao seguro, para indenização decorrente de alguma sequela ou por morte. É um seguro que, hoje, tem uma soma de recursos significativa. É claro que isso depende da arrecadação de cada ano, mas, anualmente, essa soma aumenta, inclusive porque, a cada ano, os brasileiros adquirem mais veículos. E, principalmente nos últimos 12 anos, com a ascensão da nova classe média brasileira, nós tivemos um aumento expressivo, por um lado, da



arrecadação do seguro e, por outro também, de números de fraudes, o motivo desta CPI.

Dos recursos, 50% são destinados para o seguro em si; 45%, para o SUS — Sistema Único de Saúde —, inclusive para custear parte das despesas dessa epidemia de acidentes de trânsito no Brasil; e 5%, para o DENATRAN — Departamento Nacional de Trânsito.

Foram desencadeadas duas operações importantes: uma em Minas Gerais, a chamada Tempo de Despertar; e uma aqui no Ceará, que motivou, inclusive, a criação de uma CPI na Assembleia Legislativa, além da CPI que foi criada na Câmara dos Deputados.

Fizemos já um conjunto de audiências públicas, em que ouvimos a Seguradora Líder, que gerencia todo o sistema do Seguro DPVAT, e a SUSEP — Superintendência de Seguros Privados. Ouvimos também o Ministério da Saúde, e o Ministro Ricardo Barros esteve presente a uma audiência na CPI. Ouvimos todos os Delegados e Procuradores envolvidos na Operação Tempo de Despertar, em Minas Gerais. Ouvimos os Conselhos Regionais de Medicina, que tiveram um papel importante, como no caso de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, e o próprio Conselho Federal de Medicina, em que vários médicos têm envolvimento, porque, quando se transforma um acidente doméstico em um acidente de trânsito, há todo o envolvimento de uma rede de pessoas nisso. E ouvimos também funcionários de hospitais e de Santas Casas envolvidos nesse processo. Entendemos que, aqui no Ceará, poderíamos também ter subsídios importantes para os trabalhos da CPI.

Então, convido, para compor a Mesa, O Sr. Valdetário Andrade Monteiro, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, que também esteve presente como Presidente da OAB do Ceará nesta CPI. *(Palmas.)*

Queria convidar o Delegado Titular da Delegacia de Itapipoca, Dr. Marco Aurélio França *(palmas)*; e o Coronel João Vasconcelos Sousa, Diretor do SAMU do Ceará. *(Palmas.)*

Participam também desta CPI no Ceará a Deputada Gorete Pereira, da CPI; o Deputado Moses Rodrigues; o Deputado Cabo Sabino e o Deputado Vitor Valim. A Deputada Gorete Pereira está deslocando-se para cá, assim como o Deputado Vitor Valim. O Deputado Moses Rodrigues está em campanha em Sobral e pediu



desculpas por estar lá na luta, e o Deputado Cabo Sabino também disse que iria passar por aqui, mas estava cumprindo agenda.

Vamos passar a palavra, inicialmente, para o Dr. Marco Aurélio França, que é o Delegado Titular da Delegacia de Itapipoca. Ele vai falar um pouco sobre o estado da arte, do que ocorreu, porque também participou da CPI da Assembleia Legislativa do Ceará. Essa duas operações no Ceará e em Minas Gerais, realmente, destacaram-se, e a do Ceará foi extremamente importante.

Depois, passaremos a palavra para o Sr. Valdetário Andrade Monteiro e para o Coronel João Vasconcelos Sousa.

O SR. MARCO AURÉLIO FRANÇA - Bom dia a todos! Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite mais uma vez. É uma honra participar desta CPI. Eu gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Odorico Monteiro, e, sem mais delongas, vamos entrar no cerne do trabalho que nós desenvolvemos na questão do DPVAT.

Labutando no interior do Estado, nós constatamos, no dia a dia, um número significativo de pessoas que registravam boletins de ocorrência narrando envolvimento com acidente automobilístico. Era muita gente!

Para os senhores terem uma ideia, como a carência de servidores da Polícia Civil era grande, nós tínhamos que dedicar dois servidores exclusivamente para atender à lavratura de boletins de ocorrência. Isso me incomodava muito, porque as outras demandas ficavam paradas, e nós percebíamos claramente que havia alguma coisa errada naquilo.

Então, tanto na delegacia nós percebíamos claramente que havia algo errado nas informações, como em contato com o Diretor do Hospital São Camilo, que atende às regiões de Itapipoca e de Crateús, nós percebíamos que as demandas eram relacionadas — a maioria delas, obviamente — a acidentes de veículo automotor.

Então, eu comecei a me debruçar, comecei a estudar e a fazer o levantamento de cada caso. Chamei algumas pessoas para ouvir e fui percebendo que a maioria dos boletins de ocorrência não era fruto de acidentes de veículos automotor. Houve casos grosseiros, até: por exemplo, de pessoa que caía do cavalo em Prado, no final de semana, e ia para o hospital na segunda-feira.



O interessante é como se iniciava o percurso da prática criminosa. Havia dois escritórios intermediários de DPVAT em Itapipoca, e determinados funcionários desses escritórios ficavam, o dia inteiro ou a noite inteira, no hospital fazendo a abordagem dos pacientes. Todos os pacientes que chegavam ao hospital, com a perna quebrada, ou vítima de acidente automobilístico de fato, ou por ter-se machucado jogando bola ou de queda de árvore, esses funcionários abordavam os pacientes e direcionavam as respostas: *“O que foi que aconteceu?”*. Respondiam: *“Meu filho caiu da árvore”*. *“Não, diga que foi acidente de moto que o senhor vai receber um dinheiro”*.

Então, eles induziam, iludiam a família da vítima ou a vítima a prestar aquela primeira informação no hospital — informação fraudulenta —, para constar no prontuário que o acidente foi automobilístico, e aí sim, era o início de toda a trama criminosa. Então, a vítima registrava a ocorrência dentro do hospital como se fosse acidente automobilístico, e aquilo era o primeiro passo; ela recebia o atendimento inicial, depois ia para a Delegacia, registrava o BO também, como acidente automobilístico, e dava entrada no Seguro DPVAT.

De posse dessas informações, nós começamos, como eu falei, a ouvir várias e várias pessoas, e aquilo se tornou a regra, em vez de o acidente virar exceção. A fraude virou regra. Então, nós iniciamos e instauramos o inquérito policial, representamos, ao final dele, pela prisão dos proprietários dos escritórios, representamos pela busca e apreensão, pelo fechamento das atividades, pela quebra de sigilo bancário, e foi deferido. Ou seja, nós conseguimos prender os mentores da falsidade, que foram autuados, que respondem criminalmente pela formação de quadrilha, pela falsidade de documento público, pelo uso de documento falso, falsidade ideológica, enfim, eles passaram mais de 1 ano presos, e os escritórios até hoje estão fechados.

As demandas da delegacia, que eram de cem BOs por dia de DPVAT, hoje nós temos — pasmem — seis BOs, no máximo. Caíram de cem para seis boletins de ocorrência. Eram 50 boletins de ocorrência pela manhã e 50 boletins de ocorrência à tarde, exclusivamente para boletim de ocorrência. Hoje, nós temos seis, às vezes três, cinco ou sete. A demanda caiu, acabou. Depois que eles saíram, nós continuamos a fiscalização com relação a esse grupo criminoso.



Também é bom frisar que, quando nós começamos a colocar dificuldades no registro do boletim de ocorrência, eles corromperam uma servidora terceirizada da delegacia. Eles foram até à casa da servidora. Olhem até que ponto vão. A lei determina que o condutor que dirigir veículo automotor sem habilitação, gerando perigo de dano, vai responder ao TCO (Termo Circunstanciado de Ocorrência), é crime. A lei atribui como crime dirigir veículo, moto ou carro sem habilitação e gerar um dano.

O que acontecia? As pessoas se envolviam num acidente, não tinham habilitação, iam registrar o boletim de ocorrência e não era feito nada, não era instaurado procedimento contra aquela pessoa. Para combater essa fraude, nós passamos a instaurar TCO contra todas as pessoas que vinham até à delegacia com esse histórico. Na hora em que elas iam dar informação e nós constatássemos que era observação falsa, nós autuávamos em flagrante tanto a pessoa que registrava, como o intermediário, a pessoa que captou essa outra pessoa na porta do hospital e a levou para a delegacia. Então, eles começaram a temer.

Eu prendi dez pessoas em 2 semanas por falsidade ideológica. A partir do momento em que eles perceberam que havia esse rigor, foram até uma terceirizada, corromperam a terceirizada, levavam os prontuários do hospital direto para a casa dela, ela levava os prontuários para a delegacia e, de forma sorrateira, escondida, fazia os boletins de ocorrência, sem ninguém saber. Ela guardava os boletins, levava para casa e à noite os criminosos, os proprietários de escritório iam até a casa dela, recebiam os boletins de ocorrência e remuneravam, pagando 50 reais por boletim de ocorrência. Houve um dia em que ela fez 85 boletins de ocorrência, em 1 dia apenas. Ao total, ela chegou a fazer 375 boletins de ocorrência, em menos de 2 meses, sendo remunerada com 50 reais por boletim de ocorrência.

Então, nós descobrimos tudo isso durante a investigação, ela foi indiciada, todos foram indiciados, e a operação foi exitosa. Eles saíam não só da região de Itapipoca e passavam a atuar em outros Municípios, até em Acaraú, Bela Cruz. Era o tempo todo migrando. Na hora em que nós dificultávamos ali, eles migravam para outras localidades, tudo com o objetivo de fraudar. Eles foram para Iruçuaba, para Uruburetama, foram para todas as cidades da região, tentando burlar, fraudar e obter recursos de forma ilícita.



Nessa operação, salvo engano, tivemos um inquérito com mais de 16 mil laudas. É um inquérito de 35 volumes, 16 mil laudas, 16 mil folhas. É um inquérito robusto, com provas fartas, incontestáveis. A instrução já foi concluída e já está em fase de julgamento.

Eu não recordo o ano em que se iniciou essa operação. Acredito que tenha sido em meados de 2014, ocorrendo a prisão em fevereiro de 2015. Com essa postura, tendo em vista a operação ter sido bastante exitosa, com o rigor e o exemplo que nós aprendemos com isso, foi expedida pelo Delegado-Geral uma portaria, que está em vigor em todo o Estado do Ceará, que procura, de todas as formas, coibir a fraude. Essa portaria procura, de todas as formas, criar resistência a que os grupos fraudulentos continuem a fraudar o DPVAT.

Com o final dessa quadrilha em Itapipoca e região — essa operação se estendeu aos outros Municípios —, veio o início da CPI do DPVAT, e nós passamos a questionar algo mais. Deixou de ser uma coisa local para ser algo talvez até nacional.

A atividade de seguro é uma atividade eminentemente de risco. É uma atividade de risco. A partir do momento em que nós temos muitas demandas, pode-se aumentar o prejuízo, enfim. Começamos, então, a questionar a conduta da Seguradora Líder com relação ao fomento de ações. Por que ela fomenta que se impetrem ações com o objetivo de receber o DPVAT? Por que faz propaganda? Normalmente, as empresas de seguro tentam, de certa forma, dificultar que sejam impetradas ações. Quanto menos acidentes de veículos houver, para determinada seguradora é melhor.

Não se entende por que a Seguradora Líder fomenta, incentiva, faz propaganda, investe para que as pessoas entrem com esse pedido. Isso chama bastante atenção. Inclusive, achava-se até que ela seria remunerada na proporção de quanto mais seguros houvesse, mais a empresa ganharia. Eu não consigo entender isso. Pela saúde financeira da empresa, presume-se que, quanto menos ações houver, quanto menos sinistros houver, para a empresa, em tese, seria melhor. Pelo menos é essa a primeira impressão que se tem.

Como eu falei anteriormente, mas não concluí, pelo relatório final do inquérito, nós tivemos o indiciamento de pessoas envolvidas, médicos, funcionários públicos.



Investigamos até a possibilidade de participação de funcionários da Líder dentro dessa quadrilha que nós debelamos naquela região.

Como era algo regional, era algo restrito àquela região, não deu para nós aprofundarmos as investigações no sentido de indiciar funcionários da Líder, mas nós apuramos a participação de médicos contratados pela Líder. Inclusive, um desses médicos foi indiciado. Uma empresa terceirizada repassou a função de um médico para fazer perícias, e esse médico estava usando as estruturas de um hospital municipal para realizar essas perícias.

Ficou tão claro, dentro do inquérito, e chamou tanto a atenção o fato de que quem se acidentava tinha que procurar o médico e fazer a perícia para ser remunerado, para receber o seguro. Mas, como o médico era do Município de Trairi, para a surpresa nossa, dentro do hospital, ele fazia a perícia e ia usando os prontuários do hospital municipal. Ou seja, ele era remunerado pela Seguradora e, ao mesmo tempo, pelo Sistema Único de Saúde — SUS.

Outro fato, também, chamou bastante a atenção, e de forma grotesca, senhores: o médico perito, remunerado e contratado pela Seguradora Líder, saía do Município de Trairi, porque trabalhava no hospital municipal, e levava em branco os prontuários do hospital de Trairi para Itapipoca. Lá em Itapipoca, dentro de um escritório da Seguradora Líder, o médico atendia usando os prontuários do hospital municipal de Trairi. Ou seja, isso gerava um prejuízo enorme para o Erário público e um prejuízo gritante para o SUS, além dos prejuízos para os próprios usuários.

Portanto, ao final da investigação, nós chegamos a bom tempo. A investigação foi exitosa. Tínhamos muito ainda o que fazer, pois é preciso que isso seja expandido para o restante do Estado. Precisa ser mudada a estrutura, a política, o investimento, para que isso não perdure. Precisa haver uma mudança, em nível nacional, com relação aos rigores para o pagamento do seguro.

Na minha humilde visão, precisa ser apurado, profundamente, amiúde, para onde vai todo esse recurso arrecadado do DPVAT e se ele está sendo investido de forma correta. Se for o caso, ao final, devemos pedir até a quebra de sigilo bancário ou fiscal dessas empresas, para que se quebre essa caixa-preta. Eles procuram dificultar de todas as formas, para que nós não tenhamos acesso à verdadeira



finalidade, ao verdadeiro destino que é dado a esse recurso. Eu acho que bilhões são arrecadados, em termos de Brasil.

Eu acho que a CPI veio no momento certo. Ela é muito importante. Ela vai, com certeza, chegar aonde nós queremos. Eis essa operação que nós realizamos, que nós criamos, que é apenas a pontinha do *iceberg*. Há muita coisa ainda a se investigar. Há muita coisa ainda a ser feita com relação a essa caixa-preta, que se chama Seguradora Líder — DPVAT.

São essas as minhas palavras.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado, Dr. Marco Aurélio. Acho que foi importante o depoimento de V.Sa.

Vou passar a palavra agora ao Coronel Vasconcelos e, em seguida, ao Sr. Valdetário Andrade.

Cadê o nosso Deputado Cabo Sabino? *(Pausa.)*

Comandante, por favor, venha aqui à mesa. *(Pausa.)* Pronto. Muito bem! *(Pausa.)*

O SR. JOÃO VASCONCELOS SOUSA - Bom, meu cordial bom-dia a todos! Eu queria, inicialmente, invocar a proteção de Deus. Queria agradecer pela vida, pela existência, por tudo que somos.

Quero fazer um cumprimento bem especial ao nosso Deputado Odorico Monteiro, pessoa pela qual tenho um carinho especial. Permita-me, Deputado, dizer que tenho uma admiração profunda pelo senhor, pela sua forma de ver a política. Admiro, principalmente, essa busca, essa sua luta diária para tornar este Estado politicamente mais democrático, socialmente mais justo e economicamente mais bem distribuído.

Queria cumprimentar o nosso Deputado Cabo Sabino, pessoa de vivência na vida militar, por quem tenho um carinho, também, muito especial. Cumprimento o Dr. Valdetário e o Dr. Marco Aurélio, companheiro da nossa gloriosa Polícia Civil. Quando fui Secretário Adjunto da Segurança Pública, tive o prazer de conviver com esses bravos policiais e tenho um carinho muito grande por eles.

Sr. Deputado, senhoras e senhores, eu queria, inicialmente, falar um pouquinho do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência — SAMU, do Estado do



Ceará, que hoje contém 62 bases. Ele está distribuído em todo o Estado e tem uma cobertura em 132 Municípios. Nós possuímos hoje 109 viaturas. Destas, 18 são unidades de suporte avançado. Elas são Unidades de Terapia Intensiva — UTIs, ou seja, são ambulâncias que têm um médico, um enfermeiro e um condutor.

Nós temos, também, 91 unidades de suporte básico, que são as ambulâncias que têm um condutor e um técnico de enfermagem, e temos um serviço de aeromédico. O Estado do Ceará tem a honra de ser o único Estado da Federação que tem um serviço de aeromédico público.

Dentro do contexto, nós temos duas regulações médicas. Uma está localizada em Eusébio e a outra está localizada em Juazeiro do Norte. Essa regulação médica é onde funcionam todos os pedidos de atendimento da população, feitos pela telefonia 192. Essa regulação médica funciona 24 horas por dia e é toda gravada, toda filmada, toda monitorada, assim como são as viaturas do SAMU.

Sr. Deputado, nós temos uma média de 3.200 atendimentos por mês. Desses mais de 3 mil atendimentos, 17% são feitos pela nossa Unidade de Suporte Avançado, que são as UTIs, e 83% são feitos pela Unidade de Suporte Básico. Daí nós temos uma taxa de 41% de atendimentos clínicos e 48% de atendimentos de trauma. E, dos traumas, 58% são acidentes de moto, envolvendo moto com moto.

Nossas ligações, como eu falei, são todas gravadas através do número telefônico 192. Eu assumi o SAMU em meados de julho de 2014, e uma das nossas primeiras providências foi uma remodelação no serviço de atendimento ao seguro DPVAT. Nós resolvemos centralizar o serviço na base central do Município de Eusébio, onde nós temos uma assessora técnica, uma colaboradora, que é bacharel em Direito e toma conta desse serviço. Na centralização, nós criamos um fluxograma, em que priorizamos o cidadão. Tendo em vista que o SAMU está em todo o Estado do Ceará, nós não poderíamos nunca deixar de prestar a melhor forma de atendimento ao cidadão cearense, que é o cliente patrão do Estado.

Nesse fluxograma, nós definimos que quem teria de acionar o seguro, através de um requerimento, seria a própria vítima, quando pudesse, ou um parente de primeiro grau, com procuração devidamente assinada e passada em cartório, o que seria obrigatório. E aí nós fizemos o quê? Na busca para que o processo ficasse muito mais transparente e com mais segurança, nós passamos a centralizar a



pesquisa, no Estado do Ceará, em Eusébio. O requerimento poderia ser feito lá em Brejo Santo, mas a pesquisa era feita aqui no Estado do Ceará, basicamente no Município de Eusébio.

Nós passamos, então, a confrontar o sistema de informática e o sistema de atendimento, chamado de RAS — Redes de Atenção à Saúde. O RAS é preenchido pelo médico, pelo enfermeiro, pelo técnico, pelo condutor. No confronto, a assessora técnica responsável soltaria a certidão narrativa. A partir dessa certidão narrativa, enviada à Seguradora, em alguns casos, a Seguradora nos provoca dentro de algumas situações. Na verdade, nós tentamos, por duas vezes, fazer um *workshop* com as Seguradoras, porque em algumas situações elas pedem que nós confirmemos a narrativa. Nós a confirmamos, mas temos sempre esse pensamento de estar juntos com as Seguradoras.

No mais, Deputado, o SAMU está aqui à disposição. Eu entendo que isso, como bem colocou o nosso Delegado Marco Aurélio, é uma coisa bem preocupante, mas o SAMU-Ceará busca contribuir de maneira bem transparente, eficaz e eficiente, de modo que não prejudique o cidadão que realmente precisa, mas que faça um serviço com uma segurança maior.

E, no mais, eu quero me colocar à disposição, como já falei, e pedir aqui a Nosso Senhor Jesus Cristo que continue abençoando cada um de nós, para que possamos continuar nessa batalha.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado, Coronel.

Eu vou passar a palavra, em seguida, ao Dr. Valdetário Andrade Monteiro, que é do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e, quando Presidente da OAB-Ceará, também acompanhou o desenrolar aqui da CPI na Assembleia Legislativa.

O SR. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO - Bom dia a todos! Eu quero cumprimentar os Deputados da Mesa, membros da CPI do DPVAT, Deputado Odorico Monteiro, Deputado Cabo Sabino. Cumprimento o Delegado Marco Aurélio e o Diretor do Sistema Único de Saúde, João Vasconcelos. Cumprimento os demais colegas advogados e advogadas e o público.



Vejam só: nós, Deputado Odorico, participamos da CPI aqui na Assembleia Legislativa — algumas audiências foram feitas inclusive neste auditório —, porque há uma interseção muito grande da advocacia com o Seguro DPVAT. Há, sem sombra de dúvidas, um encontro aí na relação da efetividade do direito dos segurados.

Todos os cidadãos brasileiros já podem ser alcançados pelo Seguro, e a advocacia, quando leva ao Poder Judiciário — em um princípio bem basilar de *“Mihi factum, dabo tibi jus”*, ou seja, *“Narra-me o fato, dar-te-ei o direito”* —, transforma o fato do cotidiano em algo que é peticionável ao Judiciário, para que este Judiciário possa atender a demanda da população.

No meio disso, a advocacia por vezes é mal compreendida no volume de demandas. Nós temos o exemplo do Estado do Ceará, e eu posso falar aqui sobre esses dados porque tive o cuidado de fazer uma busca mais aprofundada na legislação, na doutrina, na jurisprudência. E contatamos os colegas que militam diretamente no sistema DPVAT para que pudessem vir aqui, como, da mesma forma, tive a honra de participar com o Delegado Marco Aurélio da CPI da Assembleia Legislativa do Ceará.

O volume de veículos no Estado é gigantesco. Nós temos a felicidade ou a infelicidade — isso não é certo ainda — de ter a maior carga horária estadual de programas policiais. É membro aqui da CPI do DPVAT um Deputado Federal que é apresentador de um desses programas. Se estivesse aqui, ele iria facilmente confirmar o que lhes digo.

O número de acidentes de motos é crescente e virou quase uma epidemia no Estado do Ceará. Eu, esta semana, em um desses programas policiais, ia conceder, Deputado Cabo Sabino, uma entrevista e vi uma reportagem, antes da minha entrevista, que mostrava, na porta dos colégios, em cidades grandes no interior do Estado, Deputada Gorete Pereira... Na porta de uma dessas escolas, a reportagem mostrava uma mãe saindo com três filhos da garupa da moto. Um outro sujeito levava cinco pessoas em uma moto, todos sem capacete, muito provavelmente sem habilitação.

Embora a crise econômica tenha diminuído o volume de motocicletas e de veículos automotores como um todo, esse número é gigantesco no interior do



Estado. Eu sou de Arneiroz, lá no Sertão dos Inhamuns, e, quando era menino, me acostumei a ir à feira aos domingos, lá em Arneiroz, e ver uma latada com 50, 60 animais embaixo, que levavam as pessoas para irem à feira. Esses animais sucumbiram. Se estão vivos ou mortos eu não sei, mas lá na feira de Arneiroz não estão mais, nem na de Tauá, nem na de Juazeiro do Norte, nem na de Ribeirão Preto, nem em Betim, em lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Nem no Quixadá.

O SR. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO - Nem no Quixadá, em homenagem ao Cabo Sabino. Eles não estão. Por quê? Porque estão todos indo de moto. As pessoas levam o gado para a roça e vão buscar o leite de moto — moto sem placa, moto sem habilitação para dirigir, muitas habilitadas também.

Então nós vivemos em um contexto social que obriga, e obriga de uma forma muito dura, até um regramento rígido, e bastante rígido, para que os fatos narrados pelo Delegado Marco Aurélio não voltem a acontecer.

Eu acompanhei a narrativa, Dr. Marco Aurélio, do delito acontecido e da investigação. Então nós temos o caso do sujeito que caiu de uma seriguela e que foi à delegacia. O senhor se lembra disso? Foi exatamente assim. Ele caiu de uma seriguela. Ele subiu na árvore para tirar uma seriguela madura, caiu e foi à delegacia fazer um boletim de ocorrência, como se tivesse sofrido um acidente de moto.

No hospital, ou no posto de saúde, foi dado a ele um atestado como se tivesse sofrido um acidente de moto. E aí se aciona o seguro. A convivência do seguro, do sistema seguro... E não é só uma empresa, são mais de 60 empresas. Dezenas delas estão colimadas em arrecadar o seguro pago por todos nós para transformar isso em seguridade para os acidentados, para os implicados em acidentes, e, de outra forma, em saúde pública, através do recurso, como lembrou aqui o Dr. João Vasconcelos, para a saúde pública do Brasil.

Ou seja, nós temos dois momentos. A rigidez normativa, inclusive de penas para o ciclo criminoso, será fundamental para diminuir esses casos, porque não há como impedir. Quem é do meio policial bem sabe disso. Na Suécia existe crime, no entanto o índice é infinitamente menor do que os nossos índices, infinitamente menor, mas existe também o delito. Lá também pessoas desvirtuam a lei e cometem crimes, mas o número de casos é infinitamente menor. Por quê? Porque há o



regramento normativo que obriga as punições e há o cumprimento dessas punições. Isso faz com que a população, na certeza de que haverá punição, deixe de cometer delitos.

E nesse ciclo aí é onde entra a Ordem dos Advogados do Brasil, Deputado Odorico Monteiro, com o auxílio, com o apoio que a Ordem pode dar nesse sentido. Como vim aqui à CPI da Assembleia Legislativa do Ceará, por duas vezes, tratando do mesmo tema, eu posso dizer: a advocacia vai ao Poder Judiciário, quando a seguradora ou o sistema de seguro não atende a demanda administrativa mediata. Ou seja, o sujeito que pediu o seguro porque perdeu um dedo entende que imobilizou o braço, e a seguradora só indeniza pelo dedo, pelo membro. E isso se dá em um quantitativo muito superior, talvez, ao que se quisesse.

Então o advogado, quando recebe da parte o boletim de ocorrência, o atestado médico, o pedido à seguradora, a concessão do pedido — que ele entende que não é o justo, que não é o devido, que não se fez justiça —, e o advogado junta isso nos termos de uma petição inicial, de uma peça vestibular e apresenta ao Poder Judiciário, ele é, sem sombra de dúvidas, Deputado Cabo Sabino, aquele que tem a menor condição de averiguar se aquele documento é verdadeiro, se aquele direito será cem por cento o peticionado. Ele não se formou em perícia técnica, grafotécnica para saber se o atestado médico foi o correto. Ele não tem como aferir se ao chegar à delegacia...

Uma delegacia de Polícia em uma cidade pequena que tinha — eu não sei se o dado era esse — 85 por semana...

O SR. MARCO AURÉLIO FRANÇA - Por dia: 50 de manhã e 50 à tarde.

O SR. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO - Por dia, são 50 boletins de ocorrência pela manhã e 50 à tarde. Ora, dentro de um ambiente policial alguém teve espaço e se sentiu à vontade para fazer 50 boletins de ocorrência pela manhã e 50 à tarde. E aí vai tudo: vai erva-cidreira, vai coqueiro, vai seriguela, vai praticamente tudo que puder. E numa seca como a que nós estamos vivendo, vai para o mandacaru, vai para o xiquexique, porque vai faltar árvore e moto. Se fizessem o emplacamento, talvez, de Itapipoca e da região, não coubessem nos boletins de ocorrência feitos...



Como o advogado vai auferir qualquer que seja o benefício se ele não tem a confiabilidade no seu próprio cliente de que aquela documentação é a correta? Então esse é um assunto que desperta curiosidade. E da imprensa, com certeza, desperta uma atenção muito maior.

Nós estamos falando de bilhões. Eu não sei qual é arrecadação da Seguradora Líder, mas com certeza deve envolver bilhões, porque em um país em desenvolvimento como o nosso, o primeiro sonho de consumo imediato é o veículo automotor.

Com a precariedade do sistema urbano de transporte, a meta maior é sair do transporte precário urbano e vir para a independência da sua moto, para a independência do seu veículo, e isso, às vezes, sem um lastro educacional anterior.

Em toda minha formação, eu não me lembro — antes de chegar à faculdade de Direito — de ter feito um dia sequer de aula sobre a educação no trânsito, nas escolas que eu estudei. Eu estudei na Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, do Governo do Estado, depois estudei no Colégio Rui Barbosa e fiz o 3º ano no Colégio GEO Doroteias, que nem existe mais. Em quase 20 anos de ensino, nunca me foi dado um dia sequer de legislação, de educação para o trânsito, seja como pedestre, seja como motorista.

Isso é cultural. Isso é uma falha. Eu acredito que a CPI pode muito contribuir, indicando soluções para o problema, colocando na grade curricular das escolas obrigatoriamente a educação para o trânsito. Sem falar que nos Estados menores, sobretudo nos do Nordeste, as pessoas levam essas motocicletas para o interior e nem sempre renovam o licenciamento desses veículos, gerando um déficit no próprio sistema.

Então, minha querida amiga Deputada Gorete Pereira, a Ordem, como fez na CPI aqui na Assembleia Legislativa, está à disposição da CPI da Câmara dos Deputados, e, com a advocacia, quer contribuir para o melhoramento do sistema, tendo a certeza de que o advogado, quando vai ao Poder Judiciário buscar a justiça e o direito para aquele cidadão que se viu vítima de um acidente real de trânsito, tem até por dever da Lei nº 8.906, de 1994, de buscar um atendimento do Poder Judiciário, na medida da demanda que ele postulou. E é isso que tem feito a advocacia.



O Poder Judiciário, aumentando a fiscalização em cima do sistema e em cima da própria seguradora... E é um fato interessante, delegado. Muita gente se pergunta por que a seguradora — e essa é uma curiosidade que eu tive que pesquisar para entender — tem uma ânsia muito grande. E eu, como Presidente da OAB nesses 6 anos, e agora no Conselho Federal representando a Ordem no Conselho Nacional de Justiça, tenho a oportunidade de sempre ver a Seguradora Líder, o sistema de Seguro DPVAT buscando conciliações para diminuir a quantidade de processos de judicialização.

E aí eu tive a curiosidade: *“Rapaz, para quem é?”* Um advogado sabe que quanto menos demanda tiver uma empresa, melhor. Quanto menos ajuizamento de ações ela tiver, melhor. Se o objetivo é não ter prejuízo, então quanto menos ações tiver, melhor.

No caso da seguradora ainda tem uma peculiaridade — viu, delegado? Eu não sei se V.Sa. já tem conhecimento disso. A cada demanda judicial, ela é obrigada, pela legislação federal, a depositar em juízo, deixar ranqueado em juízo o mesmo valor como garantia. E isso é um absurdo da legislação, no meu humilde entender. Se ela tiver 1 bilhão ajuizado, ela tem que ter o equivalente em garantia. E isso obriga uma seguradora a ter uma verdadeira guerra para eliminar os processos judiciais.

Isso é algo que acontece também, infelizmente, com as operadoras de saúde suplementar. Pouca gente discute isso. Uma operadora de saúde suplementar tem hoje, na Agência Nacional de Saúde, bilhões — e várias delas não têm aguentado essa pressão da garantia — porque ela precisa manter a garantia equivalente, a autuação equivalente ao aumento da malha de planos. E essa garantia, às vezes, sucumbe à própria empresa.

No Poder Judiciário existe isto: quanto maior a judicialização, maior será a garantia deixada pelas empresas seguradoras que se reúnem no Consórcio Líder, o que faz com que ela busque permanentemente conciliações e forceje, inclusive — e isso é algo que para a advocacia é muito difícil de entender —, o pagamento das perícias médicas, que é outra dúvida que eu tinha. Como é que pode uma seguradora, que quer resolver um problema judicial... Se você falar para a iniciativa privada é ininteligível. Essa seguradora paga, remunera algo que poderá ser



utilizado contra ela. Quando você entende o sistema de garantia obrigado à seguradora, você passa a entender o sistema, porque você vai contra e a favor.

A iniciativa privada não produz prova de jeito nenhum. Se você perguntar para um banco, seja ele qual for, se vai fazer perícia em uma conta para remunerar ou não, para que a Justiça possa utilizar subsidiariamente aquela perícia da conta, o banco vai dizer que não faz perícia. Quem é delegado sabe que, judicial e criminalmente, a parte tem de buscar que seja feita perícia nas contas.

No caso da Líder é o contrário. Ela já remunera o perito, para que o perito apresente judicialmente uma conclusão técnica, profissional, para que o juiz tenha uma base e um lastro para decidir. Isso tudo passamos a entender quando nós compreendemos esse sistema de garantia e esse sistema de segurança.

Por último, no gigantismo que é um consórcio desse de seguro, o DPVAT tornou-se praticamente, Deputado Cabo Sabino, um Bolsa Família. Eu não sei qual é o cálculo, mas se você pegar cidades como Tauá, Juazeiro do Norte, Iguatu, Sobral, ou mesmo Fortaleza, já é considerável o volume de recursos que ingressa mensalmente nessas cidades a partir do Seguro DPVAT.

Não precisa ir muito longe, é só abrir os jornais, ligar a tevê, para ver que essa economia é fomentada por um sistema pernicioso, triste, eu diria até covarde, que é o acidente que gera renda, que movimenta a economia. Em um país em desenvolvimento, isso seria expurgado pela legislação de imediato. Essa é uma reflexão que tem que ser feita pelos membros da CPI.

Muito obrigado. Fico à disposição de todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado, Dr. Valdetário.

Dando sequência à nossa audiência, eu queria informar também que nós já solicitamos à Assembleia Legislativa do Ceará a documentação da CPI. Só o inquérito, presidido pelo Delegado Marco Aurélio, tem 16 mil páginas. Esse material já foi enviado aqui da Assembleia Legislativa, no dia 17 de agosto, para a nossa CPI. Isso vai subsidiar o relatório do nosso Relator.

Vou conceder a palavra à Deputada Gorete e, depois, ao Deputado Cabo Sabino, para fazer perguntas e considerações acerca da CPI e da nossa audiência.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Eu gostaria também de cumprimentar os integrantes da Mesa, o



Deputado Odorico, o Valdetário, o Deputado Cabo Sabino, o Delegado de Itapipoca, o Coronel Vasconcelos e todos os demais presentes.

Ouvindo o Valdetário, eu estava visualizando o seguinte: o Seguro DPVAT é o único seguro no Brasil que contempla cem por cento da população. Nem os cem por cento da população sabem os benefícios que tem o Seguro DPVAT. Uma pessoa com uma renda maior muitas vezes se acidenta, não sabe se tem o seguro e nem vai atrás dele.

Eu fiquei preocupada quando começaram as denúncias. Esses problemas vão ser todos elucidados no decorrer da CPI. No caso da perícia, quem tem que pagar é a Líder mesmo. Ela está pagando não para formalizar — a Líder ou todas as seguradoras. Falamos a Líder, porque ela é a mãe de todas as seguradoras. São 16 seguradoras associadas daquelas 56. Elas têm que fazer isso porque estão atrás de uma perícia favorável a elas.

No caso de uma pessoa que caiu de um pé de seriguela, como você falou aqui, tem que ficar provado por uma perícia médica que ela não foi sofreu um acidente de moto, de carro ou um atropelamento. Então, ela não teria direito ao seguro.

No entanto, a minha maior preocupação aqui é com os problemas relacionados ao boletim de ocorrência. Percorrendo o interior do Estado, tenho recebido denúncias de delegados que marcam três, dois boletins de ocorrência por dia. Como pode? Um Município que tem mais de 20 mil pessoas, que vende mil motos por mês, ter 100 ocorrências, são feitos 100 boletins de ocorrência, 50 de manhã, 50 de tarde. Isso é demais? Não é.

Quem fica com essa economia? Fica com as seguradoras. As pessoas estão deixando de requerer, de solicitar seu benefício. Isso está servindo de ativo em prol das seguradoras. É isso que não queremos. É preferível que chegue à ponta. Hoje, até para tanger o gado no interior a pessoa vai de moto. Para distribuir o leite vai de moto. Para todos os locais vão de moto. O Município vende quantas motos por mês? Mil motos por mês. O delegado do Município afirma que 50 boletins de ocorrência é muito. Ele não tem que achar muito. Tem que saber se há pessoal para fazer os boletins de ocorrência ou não e investigar quem está fornecendo de forma irregular.



Isso é algo de que a população precisa. Isso não pode ser negado. Acho isso fundamental.

O problema da educação no trânsito. Do dinheiro arrecadado para o DPVAT, 5% apenas ficam para educação no trânsito. Nunca se viu isso porque o Governo contingenciou. Eles não receberam e não fizeram. Isso aumenta o superávit primário do País. Por isso, o Governo segurou, não repassou. Não poderia existir educação no trânsito, porque no Brasil temos coisas que são visíveis e outras invisíveis. Cinco por cento são destinados ao DENATRAN para fazer a educação no trânsito. Nunca foi repassado para esse órgão esse dinheiro porque serve para fazer superávit primário.

É culpa deles? Não é culpa deles. Quarente e cinco por cento vão para a saúde. O Ministro da Saúde afirmou que não sabe onde está esse dinheiro, porque vai para um fundo. Agora está sendo feita uma conta separada para mostrar. Se um acidentado que acionasse o seguro do DPVAT — é uma das coisas que estou solicitando — precisasse de uma cadeira de rodas, de uma muleta, na mesma hora e obrigatoriamente, ela deveria ser fornecida por esse seguro. Mas sabem quem dá esses equipamentos? As rádios, que pedem aos políticos, porque não há nenhum órgão do Estado que possa dar uma cadeira de rodas a ninguém. Nunca foi dada uma muleta. A saúde deveria ter um programa diretamente para isso, assegurado na hora da necessidade, como é feito nos países desenvolvidos.

Então, nós queremos saber como estão sendo utilizados os recursos que não são usados para o pagamento a essas pessoas acidentadas. Se há as que não se acidentaram, as que burlaram, então essas pessoas vão ter que ser denunciadas e pagar por isso. Já é um caso de polícia. Entretanto, não se pode deixar de fornecer o boletim. Esse é um direito do cidadão.

Hoje, esse seguro contempla nacionalmente todo mundo. Já temos uma sobra muito grande. Muitos não precisam e não sabem o que é o DPVAT. Contudo, a pobreza existe. Muitos hospitais eram utilizados por esse seguro. Quando eu comecei a ensinar numa universidade, aqui, em Fortaleza, eu mandava os meus alunos irem ao Frotão, para ver uma fratura exposta. Eles viam três fraturas expostas lá naquela época. Hoje, é possível encontrar cinquenta fraturas expostas no corredor do Frotão.



No caso das fraturas expostas, a cirurgia tem de ser feita em 24 horas. O Deputado Odorico sabe disso, porque senão, além da possibilidade de infecção hospitalar, a pessoa ainda perde a perna. Além disso, esses acidentados do trânsito vão ser segurados da Previdência Social. O peso vai recair sobre a Previdência, porque não foram bem tratados nos hospitais. Aí proibiram os hospitais de receber o DPVAT, não pode entrar recursos nos hospitais em que estavam. O médico cobra 7 mil reais por uma cirurgia dessas. Ou o acidentado fica esperando por uma cirurgia lá no Frotão ou vai para o hospital particular, onde realmente uma cirurgia de fratura exposta custa 7 mil reais. Não sei se já colocaram esses 7 mil reais porque é o preço máximo do seguro, chega a 7 mil e pouco.

Fizeram uma proibição às seguradoras, para não dar o dinheiro para essas pessoas se tratarem, para segurarem o dinheiro. Em hospital que tem convênio com o SUS é proibido, não pode ter DPVAT. Eles estavam sendo considerados como uma classe até um pouco privilegiada, porque eram acidentados segurados pelo DPVAT. Então, entravam em qualquer hospital e iam para um local para serem atendidos melhor do que um paciente do SUS.

Mas isso aí foi logo cortado. Foi cortado porque tem que sobrar dinheiro para as seguradoras. É desse dinheiro que sobra para a seguradora que nós estamos atrás. Nós estamos querendo ver com o que ele gastou e por que fica reservado. É reservado o prêmio, mesmo assim fica uma quantidade “x” de recurso que é aplicado ou feito do jeito que ele quiser.

Segundo, há a questão da proibição dos corretores. Os corretores que vão atrás de trabalhar com as pessoas acidentadas estão corretos, eles têm que existir. Com a retirada dos corretores, está sobrando mais dinheiro ainda para as seguradoras. A meu ver, está sobrando mais. Os corretores vão atrás mesmo. Agora, se eles estiverem mentindo, se eles estiverem infringindo a lei, se eles estiverem fazendo coisa errada, aí eles têm que ser punidos, é caso de polícia. Eu não estou falando aqui para passar mão em cima de quem está fazendo errado.

Também falaram das funerárias. Há planos funerários que são corretíssimos. Na hora em que acontece uma morte no trânsito, a chegada de uma funerária naquele momento que acolhe a família e faz todo aquele trabalho, se for realmente dentro da legalidade, está certíssimo. Por que tudo no Brasil, na hora em que se



desconfia, prejudica o cidadão? Tudo isso faz sobrar dinheiro para as seguradoras, é lá que não era para sobrar. Esse dinheiro é da população. Ele tem que voltar para a população.

Agora, quem estiver fazendo ilícitos tem que ser punido. Por exemplo, as seguradoras dizem que mandam os processos para lá, porque administrativamente elas estão resolvendo rapidamente. Mentira! Há processo de 6 meses em que não foi resolvido nada.

Tem aqui um pessoal que me apresentou uma quantidade “x” de processos, eu os deixei olhando mesmo, em Baturité. Aí eu coloquei, quando eu falei com uma das pessoas lá de cima, e me disseram: *“Nós vamos resolver tudo administrativamente, porque isso está tudo correto administrativamente”*. Não deu, eles esperaram não sei quanto tempo, tiveram que ir a um escritório de advocacia.

Então, temos que ver realmente as coisas que estão prejudicando o consumidor, as pessoas na ponta que pagam, os que precisam realmente do DPVAT, e ver a legalidade das coisas. Fora disso, eu não vejo nada. Por exemplo, médico que está fazendo uma perícia, que está formalizando uma prova a favor ou contra está lá para dizer: *“O senhor não caiu da moto, não. O senhor não sofreu um acidente trânsito, não. O senhor caiu de uma árvore”*. Ele não é vidente para saber se caiu de uma árvore. Mas ele vai ter que ser, realmente, uma pessoa mais preparada para saber fazer a distinção entre uma queda e um acidente de trânsito. Isso seria mais fácil para um médico perito.

Eu acho que esse problema, Valdetário, está muito mais acima. Por isso que eu pedi uma audiência pública igual a esta no Rio de Janeiro, para falarmos diretamente com os conselheiros da seguradora, que são os que autorizam tudo isso. São eles que tiram corretor, fazem isso e aquilo. Pensa-se que quem está fazendo isso são os diretores das seguradoras, e não. Há um conselho composto por 16 pessoas. São esses que nós vamos ter que ouvir um por um e perguntar: *“Por que o senhor está autorizando isso? Por que passou por isso? Por que a SUSEP não fiscalizou?”* Já foi mudado o cara da SUSEP no início da CPI. Foi realizada em Brasília uma reunião, foi pedido para quem tiver desviando alguma coisa... Realmente, é dinheiro público. O dinheiro público deve ser preservado e deve ser dirigido ao público.



Então, isso é o que eu vejo, é com isso que temos de estar tendo muito cuidado em relação à CPI em Brasília.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado, Deputada Gorete Pereira.

Acho que as contribuições da Deputada são muito importantes para que possamos avançar nas grandes questões que estão envolvendo todo o processo.

Vou passar a palavra para o Deputado Cabo Sabino fazer os seus questionamentos e as suas observações.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Muito bom dia, nobre Presidente, meu amigo, Deputado Odorico Monteiro, Deputado que, além de ter muita presença na Câmara, é combativo e tem trabalhado em prol do povo cearense, principalmente, naquilo que tange à saúde. É nosso companheiro de bancada e com quem tenho o prazer imenso de poder trabalhar ao longo desses 4 anos ao lado. Ao cumprimentá-lo, eu quero aqui cumprimentar a Mesa inteira.

E ao saudar a minha amiga, companheira de partido e grande mulher que luta pelo social, a Deputada Gorete Pereira, quero saudar nesta manhã todas as mulheres aqui presentes e as que, porventura, vierem a nos acompanhar pelas redes sociais.

Quero cumprimentar o nobre advogado, amigo e irmão Valdetário, por quem tenho um carinho e um respeito muito grande; o meu amigo e companheiro de farda, apesar de a minha ser azul e a dele ser vermelha, nobre Coronel Vasconcelos, a quem eu tive a honra e o prazer de conhecer como Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, fez um trabalho belíssimo de valorização daquele órgão, um grande homem e, hoje, continua cuidando das vidas através do SAMU; o Delegado Marco Aurélio, que vem da terra dos três climas, tem tudo de bom, tudo o que se quiser, tem o sertão, a praia e a serra. É uma cidade muito boa, vou passar por ela amanhã.

Senhoras e senhores, falar do Seguro DPVAT é como se eu viesse falar aqui de um grande canal de corrupção que começa com o processo para se conseguir a indenização e vai até quem gerencia o seguro.

O DPVAT hoje se tornou o maior canal de corrupção do dinheiro público neste País, diferente do que se pensa. Eu acredito que só perde para a PETROBRAS. É



incrível! É sério! Eu lamento muito não estarem hoje aqui no Estado nem o Presidente e nem o Relator da CPI do DPVAT.

Eu vou tentar historiar para que as senhoras e os senhores possam entender como funciona o esquema fraudulento de corrupção do DPVAT em todo o País. Repito, em todo o País, em todos os Estados, e olhe lá se não for em todos os mais de 5 mil Municípios do Estado brasileiro.

A Seguradora Líder ventila nos quatro cantos que a grande corrupção está lá no corretor, no angariador — não é isso? Vocês já devem ter ouvido e lido nos jornais sobre fraudes, como se disse aqui, de pessoa que caiu da bananeira, não sei de onde, e diz que é caso do Seguro DPVAT.

Vocês também já devem ter visto que corretores aí cobram 40%, que advogados fizeram procuração, e que, do valor total, só passaram 20% para o cliente. Isso é para tirar o foco do principal, do roubo principal que ocorre dentro do Seguro DPVAT.

Primeiro, eu queria explicar como funciona a Seguradora Líder.

A Seguradora Líder é hoje, na minha concepção, a maior empresa laranja constituída oficialmente — na minha concepção, é isso — e que opera em todo o País dessa forma.

Ela é constituída, se não me falha a memória, por 58 seguradoras. As grandes seguradoras do País estão lá: Bradesco, Itaú, HDI, Porto Seguro, e tantas outras que operam no mercado de seguros privados dentro do Brasil.

Como funciona? Primeiro, nenhuma seguradora — repito: nenhuma seguradora! — investiu 10 centavos. Nenhuma! Nenhuma investiu 10 centavos para ter o ganho do DPVAT. E nenhuma colocou um funcionário sequer para trabalhar em favor também do DPVAT. A arrecadação é feita em qualquer casa que tenha um computador, por quem tem uma motocicleta, um veículo automotor, a partir do momento em que paga o Seguro DPVAT, através dos bancos oficiais. Nem com o boleto elas gastam, porque quem é que gasta com o boleto? Quem é? O DETRAN. Não é isso? O DETRAN manda o boleto, e a pessoa paga pelo computador da sua casa. Paga, e o dinheiro vai, exatamente, para a conta da Líder.

Então, a Líder tem garantia por lei de que, no máximo, 2% de tudo o que for arrecadado do DPVAT é o lucro dela. Lucro líquido de 2%. Então, ela sabe que não



vai ter prejuízo, porque de tudo o que se arrecada ela fica com 2%. E são divididos aí para as 56 seguradoras, como disse a Deputada Gorete Pereira aqui, que está me corrigindo.

Ora, você diz: *“Mas 2% é muito pouco, elas não ganham nada!”* Só em 2015, a receita do DPVAT foi de 4 bilhões — 4 bilhões! Dá 160 milhões. Então para as 56 seguradoras, dá mais de 2 milhões aí, sem fazer nada! Sem fazer nada!

Se ficasse só aí já estava bom, não estava? Mas o problema é que não para por aí. Desses 4 bilhões, dizem que 45% vão para o Ministério da Saúde e 5%, para o DENATRAN, o que nós vimos que não está sendo repassado. E aí, os 50% restantes ficam pra quem? Ficam para a Líder administrar. Lembrem que ela tirou 2% do montante todo, dos 4 bilhões.

Então, ela não vai ficar com 50%, como 2 em cima de 100 vai representar 4, que ela só ficou com os 50% restantes. Mas ela ficou aí com 46% de 4 bilhões para administrar. E ela tem que prestar contas disso. E aí é que começa a grande fraude. Ela começa a aumentar e a dispersar com as despesas administrativas. Senhoras e senhores, gasta-se mais com despesa administrativa do que com pagamento de indenização, com todas as fraudes que existem!

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Pois é!

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Mesmo com todas as fraudes que existem, da queda da bananeira, do pé de erva-cidreira, de corretores, disso e daquilo outro, a Líder gasta mais com o pagamento de despesas administrativas do que com o pagamento de sinistro. E por que gasta? Ora, eu preciso gastar para poder justificar o preço do seguro, para eu poder ter um montante de arrecadação alta, porque eu ganho 2% disso!

Uma coisa é arrecadar 2% de 4 bilhões, outra coisa é arrecadar 2% de 1 bilhão, não é não? Então, quanto mais eu gastar, melhor eu vou justificar que eu preciso aumentar. Prova disso é que há 9 anos — há 9 anos! — não se majora o valor da indenização dos beneficiários do Seguro DPVAT. Mas, em compensação, o valor do prêmio do seguro vem aumentando constantemente. Quando ele se iniciou, o seguro de uma motocicleta custava 90 reais, e hoje custa 300 reais. O Seguro DPVAT de um carro, se não me falha a memória, custava 32 reais, e hoje custa cento e poucos reais!



Como gastar tanto dinheiro? A primeira fraude começa nos sinistros, como eu lhes falei, e envolve desde o angariador — alguns angariadores, não são todos, deixo isso bem claro — até os hospitais. Eu vou tentar explicar o porquê de não se aceitar atender pelo SUS, dentro daquilo que a Deputada Gorete Pereira falou. Por que não se aceita atender pelo SUS? O hospital que presta atendimento pelo SUS recebe o pagamento do SUS. Não é? O SUS não está pagando? Subentende-se que o SUS pagou usando os 45% arrecadados pelo DPVAT que lhe são repassados. Não é assim?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Então, como o hospital vai aceitar o pagamento do DPVAT também? Para receber dobrado? Vai receber pelo SUS e vai receber pela Líder também? Vai receber em duplicidade?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Pelo SUS é mil, e pela Líder é dez.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Podia ser dez também, mas os hospitais não podem receber em duplicidade. E é isso que eles fazem, não é? O valor máximo da indenização com despesa médico-hospitalar é de 2.700 reais.

Não tenho nada contra as Santas Casas, mas contra alguns de seus gestores. Na última reunião da CPI, nós ouvimos dois ex-diretores da mesma Santa Casa de um dos Municípios do Estado de São Paulo. Eu lhes perguntei qual era a tabela utilizada para cobrar do cliente que iria usar o DPVAT e qual era a tabela usada para cobrar do cliente que teria atendimento particular. O primeiro nos disse que a tabela do DPVAT era um pouco mais cara do que a do particular. Isso, no meu ponto de vista, está errado, porque ele vai receber da mesma forma. Quando se vai fazer uma compra, o preço para pagamento à vista tem que ser igual ao preço para pagamento com cartão de crédito. Mas imaginem que o fato de o DPVAT passar 1 mês, 2 meses, 3 meses para pagar justificasse essa situação. Perfeito. Quando o outro veio testemunhar, ele disse que há uma lei que determina qual é a tabela a ser utilizada para o DPVAT, que é a tal tabela da AMB — Associação Médica Brasileira, que já tem um valor determinado, que é mais barato do que o valor do pagamento particular. Então, eles mesmos entram em contradição entre si.



Na realidade, os hospitais cobram do SUS e, depois, cobram do DPVAT. A maioria dos hospitais particulares faz atendimento pelo SUS, e não há como o SUS saber se o hospital recebeu pagamento pelo DPVAT e também pelo SUS. Então, essa é outra máfia que está envolvida com o DPVAT.

Como eu disse a V.Exas., existe ainda a questão das despesas administrativas, que entra na parte judicial. O seguro paga indenizações por qualquer parte do dedo — falange, falangeta, falanginha —, mão, braço, invalidez permanente e morte. No caso de invalidez permanente, o valor da indenização seria o mesmo valor pago em caso de morte, que é de 13.500 reais, se não me falha a memória. Só que a seguradora, quase sempre, entende que esse valor não é devido. Então, desses 13 mil, ela paga 4 mil e nega uma parte, exatamente para o usuário ingressar com ação judicial. Aí, acumulam os processos e vão para os chamados mutirões. Por quê? O Judiciário, em todo o País, está superlotado de demandas. Para que se tenha uma ideia, houve mais de 114 mil casos envolvendo Seguro DPVAT no Judiciário, só no ano passado, e 717 mutirões judiciais existiram no País para resolver problema de DPVAT. Como isso funciona? O usuário tinha que receber 8 mil reais, mas no mutirão a seguradora faz um acordo, negando os 8 mil e oferecendo 4 mil reais para resolver logo. O usuário aceita os 4 mil, e a Líder ganha os outros 4 mil. Até aí, é uma maravilha para a Líder, apesar de isso ser imoral, na minha concepção, porque é um direito do cidadão receber integralmente. O grande problema é que a Líder gasta 8 mil reais com advogado. Aí, a conta não fecha, porque ela precisa gastar. Entendeu? Então, ela gasta muito mais com despesas administrativas, muito mais. Há casos em que a indenização é inferior a mil reais, e ela paga 8 mil reais ao advogado. E aí vai saindo dinheiro, aí vai correndo o dinheiro que é nosso, do cidadão, do usuário. Então, as despesas são tremendas.

Existem inquéritos da Polícia Federal e do Ministério Público que comprovam que grande parte dos diretores da Líder e da SUSEP — ou seus familiares — constituíram empresas terceirizadas ligadas ao sistema do DPVAT, ou se beneficiam desse tipo de empresa. As empresas terceirizadas recebem dinheiro, e parte desse dinheiro volta, vamos dizer assim, no caixa dois. Então, a fraude do DPVAT existe



desde o pedido de indenização até o pagamento final, e envolve um rol terrível de pessoas beneficiadas.

Por que eu digo que a Líder é um laranja? Porque essas 56 empresas que compõem o DPVAT não aparecem. Elas não aparecem! Se eu perguntar às pessoas aonde se vai para receber o DPVAT, a maioria delas não vai saber. Mas hoje se vai aos Correios. Vai aos Correios? Sim, aos Correios! A Líder paga aos Correios, se não me falha a memória, entre 60 reais e cento e poucos reais para receber um processo dela. Mas por que as 56 seguradoras que se beneficiam do DPVAT não o recebem? Em todo Município existe uma agência bancária, principalmente do Bradesco. Por que não se recebe processo lá? Por que não se tem sequer o trabalho de recebê-lo?

Quero registrar um fato curioso que ocorre aqui no Ceará — eu estou mandando investigar um documento para saber se ele é oficial. Só os corretores de seguros do Ceará receberam, de repasse da Líder, uma média de 7 mil reais por cada processo de DPVAT a que deram entrada. Só no Ceará! Em Goiás, o valor está na faixa de 4 mil reais.

Eu pedi que esses sindicatos fossem ouvidos e solicitei a quebra do sigilo bancário das suas contas. Por quê? Porque o sindicato, na minha concepção, serve para defender a categoria. Sindicato de corretores não serve para trabalhar com regulamentação de sinistro. Se fosse, por que o montante seria tão alto?

Então, as despesas administrativas do seguro DPVAT são uma vergonha! Eu repito: por que Bradesco, Itaú, Unibanco, Porto Seguro, AGF e tantas outras seguradoras não recebem a documentação para dar entrada à indenização do seguro DPVAT? Quem, nos Correios, entende sobre o DPVAT? Quem? Você chega lá e vai tirar dúvidas com um funcionário dos Correios para isso? Isso é um absurdo!

Sabem o que é mais preocupante? A nossa CPI está ameaçada de não ser concluída, porque o seu prazo final é o dia 27 de setembro. Como estamos nesse período eleitoral, em algumas semanas há sessão na Câmara, em outras semanas não há. Então, nós não temos como trabalhar na CPI em Brasília. Houve o *impeachment*, houve o caso do Deputado Eduardo Cunha e vários outros fatores. Enfim, houve semanas em que pudemos trabalhar e semanas em que não pudemos. Em 60 dias, não deu para produzir tudo o que estava previsto. Nas



audiências públicas, a primeira vez que nós realmente ouvimos alguém sob juramento foi esta semana. Então, nós corremos o grave risco de a CPI não ser concluída e de não ser apresentado seu relatório final por decurso de prazo.

Existe uma resistência grande em prorrogar a CPI por parte de vários Deputados que sequer fazem parte desta Comissão. Deputado Odorico Monteiro e Deputada Gorete Pereira, V.Exas. estavam presentes no dia da constituição desta CPI e vão lembrar que só faltou haver tapa na ocasião, na disputa por uma vaga para fazer parte da CPI do DPVAT. Houve briga de todo o jeito! Lembram-se disso? Não houve a instalação da Comissão no primeiro dia, foi necessário fazer uma reunião interna para que ela fosse instalada outro dia. Hoje, quem for a uma reunião da CPI ou a acompanhar pela *TV Câmara* vai encontrar quatro, cinco, no máximo seis Deputados participando de uma CPI que conta com 28 ou 29 Deputados. Há quem diga que existem forças ocultas aí. Eu não sei. Eu só sei que existe dificuldade para se prorrogar esta CPI.

Escutamos falar que as empresas que fazem parte da Líder Seguradora indicam o Presidente da SUSEP, que deveria fiscalizar a Líder, e indicam o Presidente do Conselho Nacional de Seguros. Existe uma máfia tão grande que ela tem que ser investigada muito além desta CPI. Sras. e Srs. Deputados, é nojento e criminoso o esquema do Seguro DPVAT no Brasil! É terrível!

Na minha concepção — e tenho conversado com os meus pares sobre isso —, não existe outra saída, a não ser pedirmos a extinção da Líder Seguradora. Cada seguradora tem que receber o Seguro DPVAT individualmente. Em consequência, cada uma vai administrar, vai abrir a sua própria empresa de sindicância, vai acompanhar, e essa questão acaba.

Com a Líder, nenhuma das 56 empresas seguradoras gasta um centavo nem aparece nas ações judiciais! Não existem ações judiciais contra as 56 empresas que compõem a Líder! Contra o colegiado não existe, só existe contra a Líder! Aí, por exemplo, a Bradesco Seguros vai comprar a folha de pagamento do Estado do Ceará, e não vai constar ação contra ela! Está bem limpinha! Mas contra a Líder existe. Como eu disse, só este ano foram 112 mil ações! Esse é um grande para-raios de ações fraudulentas, e quem se beneficia do esquema não aparece.



Nós temos que acabar com isso, sob pena, inclusive, de nós estarmos pagando um seguro caro e recebendo um valor baixo. Quanto vale a perna de uma pessoa? Você aceitaria trocar sua perna por 13.500 reais? É esse o valor de indenização do seguro DPVAT. A sua mão só vale isso? E o seu braço? Agora, quanto vai para os cofres da seguradora? É uma vergonha, Sras. e Srs. Deputados! É uma vergonha!

Eu queria que os senhores presentes acompanhassem a CPI do DPVAT. Mas, sabem o que me chama a atenção? Não se vê uma emissora de televisão noticiando a CPI do DPVAT da Câmara. Não se vê ninguém falando sobre a CPI do DPVAT.

Eu a Deputada Gorete Pereira interrogamos o Presidente da Líder. Eu o questionei sobre uma determinada empresa, e ele respondeu que a conhecia, que tinha sido uma empresa dele. Eu perguntei se ele era casado, e ele respondeu que era. Perguntei o nome da esposa, e ele respondeu. Aí, eu perguntei sobre outra empresa, que estava no nome da esposa dele. E ele respondeu que não sabia se ela tinha aquela empresa. *“E a sua esposa sai de manhã para trabalhar onde? O senhor é casado com ela, vive na mesma casa e não sabe que ela tem uma empresa?”* E a tal empresa prestava serviço para a própria Líder.

Então, existem esquemas terríveis lá dentro! Mas não se vê isso noticiado. A TV Câmara tem se esforçado para divulgar, para mostrar os trabalhos da CPI, mas não se vê nenhuma outra reportagem.

Na sessão desta semana, eu não dei voz de prisão a um cidadão que nós estávamos ouvindo porque, infelizmente, nos faltava documentação. Mas era nítido que ele estava mentindo. Era nítido! Ele veio dizer que, na Santa Casa, recebia apenas uma média de 13.900 reais mensais de DPVAT, mas que atendia diariamente entre 8 e 10 pessoas vítimas de acidentes que usavam o Seguro DPVAT. Ora, em 30 dias, por baixo, isso dá 240 pessoas. Um atendimento médico como esse sai a 40 reais? Eu interroguei o outro depoente, depois, e ele respondeu que a internação mais barata na Santa Casa custava 100 reais, sem considerar os custos com medicação. Só com esses números, o valor já ia para 24 mil reais, só com internação. E quem cai de moto geralmente precisa ficar pelo menos um dia



internado. É ou não é? Pelo menos no IJF — Instituto Doutor José Frota, pode passar meses. Não é assim?

Mas vamos em frente! Eu espero que nós consigamos avançar, e fico muito feliz em ver os Deputados cearenses muito ativos. Nós somos cinco, se não estou enganado. Não é isso, Deputado Odorico? Vejo todos os cinco engajados, trabalhando fortemente para tentarmos resolver isso.

As pessoas mais humildes às vezes levam a vida inteira juntando, com sacrifício, dinheiro para comprar uma motocicleta, para poder se locomover no interior, para poder trabalhar. Quando elas caem, perdem o bem, ficam sem o sustento, e deveriam ter o retorno do seguro, pelo menos. No entanto, elas precisam judicializar esse processo para receber a metade da indenização, enquanto a Líder enche os bolsos dela e de todos que participam de um esquema fraudulento, safado e nojento neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Eu queria comentar algumas questões que considero importantes, em relação ao que o Deputado Cabo Sabino e a Deputada Gorete Pereira falaram e ao que foi dito pelos nossos convidados.

Eu acho que nós vamos ter que atuar em três frentes importantes nesta CPI. Uma, como o Deputado Cabo Sabino salientou, é a prorrogação da CPI, que inclusive já foi solicitada ao Presidente da Câmara dos Deputados. Como vai haver sessão segunda-feira, é possível até que ele adie o encerramento desta CPI.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - V.Exa. já viu esse manifesto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Vi, vi o manifesto.

Esta é a terceira CPI de que eu participo. Percebi que, às vezes, chega um momento em que a CPI fica saturada. Eu acho que já existe bastante informação, e devemos avaliar essa questão do relatório.

Na CPI da Máfia das Órteses e Próteses, discutimos se iríamos adiar ou não o encerramento. Chegou um momento em que ela se saturou, e não conseguimos adiar o encerramento. Fizemos um relatório, dele saíram quatro projetos de lei muito interessantes, e alguns já foram aprovados na Comissão de Seguridade Social e Família. A CPI dos Crimes Cibernéticos foi adiada, e chegou um momento em que



ela perdeu o sentido. Então, eu acho que adiar ou não uma CPI depende de cada caso.

Nossa situação particular relaciona-se com a questão eleitoral e com os vários processos que realmente atrapalharam esse trabalho.

O SR. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Sim, houve o processo de cassação do Deputado Eduardo Cunha.

Então, eu acho que nós já temos bastante subsídio. Todas essas questões que o Deputado Cabo Sabino levantou já foram bastante debatidas e discutidas na CPI. Eu já conversei com o Deputado Wellington Roberto, que é o Relator, e ele disse que já tem material suficiente para fechar o relatório.

Deputado Cabo Sabino, eu acho que temos que definir onde nós queremos chegar. Eu vejo que a CPI tem três destinos importantes. O primeiro é discutir o marco legal. Estão sendo levantadas algumas coisas que envolvem a SUSEP e o próprio consórcio da Seguradora Líder. Até onde nós, na Câmara, temos condição de aprimorar isso, criando um novo marco regulatório para o setor? Então, acho que o foco é esse.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Temos que botar na cadeia essa quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Aí é que está o problema. Nós não vamos botar a quadrilha na cadeia, porque é a Polícia Federal que deve fazer isso. Nós vamos dar o subsídio à Polícia Federal.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Isso mesmo.

Então, nossa atuação no marco legal é uma questão importante.

Ouvimos o Ministério da Saúde, o Ministério das Cidades e o DENATRAN. O País não tem uma política interfederativa nem interministerial de prevenção contra acidentes. Então, nós estamos assistindo de forma extremamente passiva às mortes e às sequelas de jovens, sem que haja uma política nacional para lidar com isso.



Não há uma política nacional de municipalização do trânsito. Existem 5.570 Municípios, dos quais 4 mil têm menos de 20 mil habitantes. De quem é a responsabilidade pelo trânsito nesses Municípios? De ninguém. Não é responsabilidade da União, não é responsabilidade dos Estados nem é responsabilidade dos Municípios.

Então, não podemos ficar passivos na CPI, mas também não pode haver pirotecnia. O papel da CPI é investigar e fazer proposições. Não é papel nosso, na Câmara dos Deputados, prender. Nossa prerrogativa é investigar.

Eu perguntei ao pessoal da Operação Tempo de Despertar se eles tinham conseguido quebrar o sigilo da Líder. Não conseguiram.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Na realidade, é porque não se consegue prova. Esse é o problema. Senão, faremos prorrogação pela prorrogação.

Deputado Cabo Sabino, eu vou marcar uma reunião com o próprio Relator, e já conversei com o Presidente sobre a minha opinião. Concretamente, temos de trabalhar em três atos. Primeiro, temos que melhorar o marco regulatório do setor de seguro no Brasil, elaborando um projeto de lei em que esse papel seja revisto. Em segundo lugar, temos que atuar em relação ao dinheiro do DPVAT que é repassado ao Ministério das Cidades, que está todo no superávit primário. Há mais de 3,5 bilhões de reais no Ministério das Cidades, e não é gasto um centavo em política nacional de prevenção a acidentes nem na municipalização do trânsito. Essa é outra política importante. Terceiro, temos que discutir a municipalização do trânsito. Então, eu acho que a nossa CPI pode dar três contribuições importantes: primeiro, discutir como poderemos contribuir para alterar o marco regulatório da estrutura do DPVAT; segundo, entregar o material que temos — e acho que já há bastante material da Polícia Federal, do Ministério Público e da nossa CPI —, para que as autoridades possam se debruçar sobre isso; terceiro, aprimorar o marco legal na questão de acidentes de trânsito no País.

Há uma epidemia que mata 40 mil pessoas no trânsito! Quantas pessoas morrem por ano nos países que estão em guerra? Quando morrem 4 pessoas, quando morrem 15 pessoas, dedica-se ao assunto 1 hora no *Jornal Nacional*. Mas



em Fortaleza morre uma pessoa por dia em acidente de trânsito. São 365 a 370 pessoas que morrem, por ano, em acidente de trânsito em Fortaleza, só na cidade, fora os casos em que há sequelas. Em alguns finais de semanas ocorrem 85 acidentes de moto.

Eu acho que a CPI vai dar uma contribuição importante para todas essas questões que foram levantadas. Pela primeira vez, uma CPI está se debruçando sobre elas.

Marco Aurélio, qual é a relação que você faz do problema que você viu lá com a estrutura mais geral? Você disse que eram feitos 100 boletins de ocorrência por dia. Quando você começou a operação, eles passaram para 5 ou 6. O que isso tem a ver com a estrutura do DPVAT? Você acha que havia interesse do próprio DPVAT nesse tipo de ação? Isso é uma contradição: se você tem de pagar, por que você vai querer que as pessoas que não estão acidentadas recebam? Eu queria que você explorasse um pouco essa contradição.

O SR. MARCO AURÉLIO FRANÇA - Presume-se, como falei anteriormente, que empresa de seguro seja uma atividade de risco. Só que o caso do DPVAT é atípico: não há risco algum! A empresa já tem o seu pecúlio, o seu benefício garantido, independentemente de aumentar ou diminuir. Ou seja, eu não posso chamar essa empresa, de fato, de seguradora. Não é seguradora.

O que justifica a Líder, através de mídia, gastando dinheiro, estimular alguém a entrar com ação contra ela mesma? O que justifica isso? Ela gasta com propaganda, e isso aumenta a despesa administrativa. Como é que uma empresa gasta, faz mídia para as pessoas entrarem com ação contra ela?

Como o Deputado Odorico Monteiro falou, o marco regulatório dessa lei é a base de tudo. A lei foi criada exclusivamente com esse intuito. Eu creio que o ponto crucial está no marco regulatório.

Se eu ganho um percentual fixo de toda arrecadação, como eu vou aumentar o meu percentual? Tanto faz eu trabalhar ou não, eu vou receber aquele percentual. Se eu tenho como administrar outro percentual, 46% desse valor, eu preciso aumentar as minhas despesas administrativas para justificar o aumento do valor da prestação.



Não tenho dúvida alguma de que um projeto de lei da CPI para mudar essa realidade será fundamental e corrigirá todas essas distorções. Aí, sim, ela vai tentar economizar para poder justificar o pagamento. Economizar como? Diminuindo a despesa administrativa, diminuindo essas propagandas, diminuindo custo. Qualquer empresa razoável, para se manter, precisa fazer economia, precisa otimizar seus custos e conseguir auferir um lucro básico. Essa é a lógica do mercado, menos para a Líder. Quanto mais ela gasta, quanto mais ela aumenta a despesa administrativa, mais ela ganha, através dos 2% de arrecadação. Isso é fato!

Como se cria uma lei que tem como base uma estrutura falida dessa? Esse é o ponto crucial. Eu entendo que, se isso for corrigido, a realidade irá mudar. Eles não são burros. Eles analisaram: *“O segredo está aqui. Ao invés de economizarmos, vamos gastar muito para aumentar a despesa administrativa e, com isso, investir zero e ganhar mais”*. Essa é a minha visão, de forma macro.

Deputada Gorete Pereira, eu concordo plenamente com V.Exa. em relação àquelas pessoas simples e humildes lá na base, no município, onde às vezes o bom paga pelo pecador.

Nas delegacias, Deputada, constatamos casos até de envolvimento do tráfico com o DPVAT, com esses administradores, com esses intermediários. Eu até compreendo que V.Exa. valorize o bom intermediário. Com isso eu também concordo, e assino em baixo. Mas precisamos expurgar o mau intermediário, primeiro, porque ele extorque. A pessoa, além de ser vítima, além de ter uma perna amputada e de ter prejuízo com a moto, é extorquida por aquele intermediário.

Não precisaria haver intermediário. Vemos coisas absurdas no IJF, como um intermediário oferecer 5.000 reais para pessoas com familiar em óbito. O restante é dele. Aquela pessoa, em desespero, sem dinheiro nem para o almoço, para o café da manhã ou para pagar a passagem, é obrigada a assinar o termo e recebe aquela esmola, enquanto o intermediário, que considero bandido, apropria-se da maior parte do valor do DPVAT. Nós precisamos combater isso com todo rigor, porque é ultrajante para a família da vítima.

Deputada, nós presenciamos isso todos os dias no IJF. Inúmeras vezes nos deparamos com esse tipo de gente, que deveria estar na cadeia. Para que isso ocorra, é preciso criar mecanismos para fortalecer o combate a esse tipo de crime.



Na CPI aqui do Estado eu até falei do caso ocorrido no Município de Amontada, em que o cidadão sofreu três perfurações por faca e recebeu 11 mil reais do Seguro DPVAT. Ele foi lesionado com faca, numa briga com um desafeto, foi captado pelos intermediários e recebeu 11 mil reais. Isso origina uma rede de criminosos, com pessoas ganhando dinheiro à custa da população, de maneira geral. E com isso aumenta-se o custo do seguro. Além do dinheiro fácil, cria-se um patrimônio.

Quando eu cheguei à delegacia, os criminosos envolvidos com intermediários — os proprietários de escritório — mandavam e desmandavam na própria delegacia! Chegavam lá e passavam na frente de todas as pessoas simples que iam fazer um boletim de ocorrência. Faziam o BO, levavam e se achavam donas.

Eu prendi uma quadrilha organizada em Itapipoca. Quando eu fui dar o cumprimento ao mandado, o rapaz falou que de tarde ele iria passar na frente da minha delegacia em sua Hilux. Eu já tinha todos os elementos de prova e de convicção de que ele ia passar um bom tempo na cadeia — ele passou mais de 1 ano — e respondi que não havia problema nenhum. Mas a audácia era muito grande, pelo sentimento de impunidade, porque o rapaz auferia um patrimônio, acumulava riqueza em detrimento daquelas pessoas simples e humildes. Isso nos revoltava muito.

Nós perguntávamos às pessoas que foram vítimas e que receberam indenização: *“Cidadão, o senhor recebeu quanto?”* Elas respondiam: *“Eu acertei a metade para mim e a metade para ele”*. Por quê? Por falta de conhecimento, falta de instrução. Eu atribuo à Líder aquela história de criar dificuldade para vender facilidade, para auferir alguma coisa. Isso estava acontecendo muito naquela região.

Como eu falei anteriormente — V.Exa. não ouviu —, nós tínhamos dois funcionários exclusivamente para atender boletins de ocorrência. Nós fazíamos 50 BOs de DPVAT de manhã e 50 BOs de DPVAT à tarde. A carência da Polícia Civil é grande, e eu perdia dois servidores, dois escrivães de carreira — eu tinha três ou quatro —, que deixavam de atender as outras demandas para poderem atender exclusivamente BOs. Agora, depois da operação, o policial está disponível, mas só aparecem três casos de manhã. Não é que eu os limite a três, mas porque não há



mais aquela demanda. A demanda agora é real, não é mais fictícia. Antes, era tudo maquiado, forjado, através de fraudes.

Para V.Exas. terem uma ideia, apareceu até uma foto que mostrava como eles são audaciosos. Onde a comunidade ficava esperando o atendimento ao público, eles chegavam e colocavam o capacete em cima das cadeiras, marcando os lugares. As pessoas não tinham o direito de ser atendidas no hospital. Era um absurdo! Um médico me disse: *“Doutor, o que eu faço? Por favor, ajude-me, porque o rapaz ali, que é intermediário, está na porta do meu consultório!”* Isso ocorria no Hospital Municipal São Camilo, em Itapipoca. O rapaz agia com violência tanto com relação ao paciente quanto com relação ao médico. V.Exas. têm que ver até que ponto a situação estava chegando. Estava fora de controle!

Então, eu concordo plenamente que o DPVAT, que a Seguradora Líder, enfim, que essa atividade que está hoje em andamento fomenta a criminalidade, fomenta o crime. E eu tenho certeza de que esta CPI vai obter o êxito de que realmente precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado, Delegado Marco Aurélio França.

Eu gostaria agora de perguntar se alguém presente nesta audiência quer fazer alguma pergunta. *(Pausa.)*

Peço que se identifique porque está sendo gravado.

Com a palavra o Sr. Adroaldo.

O SR. ADROALDO OLINDA FERNANDES - Meu nome é Adroaldo Olinda Fernandes. Sou funcionário do Banco do Brasil aposentado e sou professor do Estado.

Eu ouvi o Deputado Cabo Sabino falar que as seguradoras não recebem o DPVAT. Eu trabalhei 26 anos no Banco do Brasil e nunca deixei de receber. Existe um sistema ligado diretamente em que eu dava entrada. Não precisa vir advogado, não precisa vir ninguém. Agora, se há por parte das empresas hoje essa má vontade com o cliente, enquanto eu estava no Banco, isso nunca existiu. Da minha parte nunca existiu, está certo? Eu sempre coloquei isso e sempre procurei difundir para as pessoas que elas não precisavam de ninguém para receber o DPVAT. Bastava ir ao Banco do Brasil, e nós tínhamos um sistema. Eu dizia qual era toda a



documentação necessária, ele trazia a documentação, nós a escaneávamos, e passávamos direto para a Líder. E era gerado um número de protocolo para o processo.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Qual foi o último ano em que o senhor trabalhou no Banco?

O SR. ADROALDO OLINDA FERNANDES - Faz 2 anos. Então, toda vida foi desse jeito. Pelo menos no período em que eu estava lá.

E outra coisa que eu gostaria de colocar aqui para V.Exas., Deputados Federais, é que não é só com o DPVAT que estão fazendo isso. Nós temos agora cartórios de distribuição e, há muitos anos, eu acho que fazem a mesma coisa. Para que serve um cartório de distribuição? Para que criar um cartório que serve única e exclusivamente para se registrar o contrato do banco com quem faz um empréstimo para financiar um carro? E ele tem que registrar lá no cartório xis, específico, com valor já determinado, para que possamos ter um financiamento. E isso aumenta muito o custo. É colocado, lá no financiamento de um veículo, com juros de 2%. Quando colocamos as tarifas — tarifa de cadastro, tarifa de registro —, isso vai para 5%, 6% do que se está pagando.

Então nós temos que defender o consumidor não só no DPVAT, mas em todos esses tipos de coisas que são criadas no Brasil para repassar dinheiro do consumidor para empresas que não fazem nada.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado, Sr. Adroaldo. Mais alguém deseja falar?

Bom, então, neste caso, vou passar para as considerações finais.

Com a palavra o Deputado Cabo Sabino para fazer as suas considerações finais e, em seguida, para os outros integrantes da Mesa.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Na realidade, eu fiquei sabendo dessa minha agenda hoje pela manhã. Estava em outra audiência, mas não podia faltar ao meu compromisso aqui com o Deputado Odorico Monteiro.

Amigo, V.Sa. é uma exceção das exceções, até porque hoje aqui, se perguntar a qualquer cidadão, em qualquer banco, qualquer seguradora não recebe. Só há hoje os Correios, que cadastraram, o Sindicato dos Corretores. E eu não sei



se ainda há uma empresa que tinha um escritório deles aqui na Aldeota que recebia. Mas eu reafirmo tudo o que disse e digo mais, nobre Deputado Odorico Monteiro: a nossa CPI está longe de ser saturada. Há muito ainda a ser ouvido.

Nobre Delegado, o problema do nosso País é que nós acabamos prendendo aquele que rouba 2.000 reais e deixamos impunes aqueles que roubam 2 milhões de reais. Às vezes, é mais fácil pegarmos um angariador que está lá na ponta, enquanto nós queremos apenas regulamentar quando é para se prender o presidente da Seguradora Líder, quando é para prender o presidente da SUSEP, o presidente do Bradesco e tantos outros que se beneficiam desse esquema fraudulento, safado, que está acontecendo no nosso País. É uma vergonha! Eu repito: é uma vergonha!

Então, nós temos que modificar isso sim. Acho que a CPI tem que ser prorrogada. Nós tínhamos que ouvir mais essas pessoas, fazermos um inquérito, já que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que realmente pudesse fomentar e servir como base para o Ministério Público seguir com as investigações.

Ora, se a Operação Tempo de Despertar, em Minas Gerais, levou anos, e não conseguiu chegar ao fim de tudo aquilo que era necessário, imaginem nós, em 2 meses, na Câmara Federal, nós que nos reunimos talvez seis ou sete vezes, para fazer um relatório que possa realmente trazer à tona, descortinar tudo o que está cortinado, que está encoberto nesse esquema fraudento do DPVAT.

Se hoje estamos tratando de DPVAT é porque a CPI que está lá é de DPVAT. Mas se for CPI dos cartórios ou de qualquer outro assunto, pode ter certeza que nós iríamos tratar com a mesma isenção que estamos tratando a questão do DPVAT, até porque não me benefico do DPVAT, não tenho nada a favor do DPVAT. Pelo contrário. Hoje eu tenho que fazer um trabalho com isenção.

Agora, não posso, de maneira nenhuma, fazer-me alheio àquilo que vejo que está irregular, ao ver que o povo é que está pagando o preço. Até porque fui votado para representar o interesse do povo, e não apenas os meus. Não posso dizer que não represento os meus interesses, porque votei em mim também. Sou eleitor, então tenho que me representar também, mas represento o povo principalmente nessas demandas.



Infelizmente, se esta CPI terminar do jeito que está, para mim, vai ser frustrante. E eu tenho feito de tudo. Inclusive, nós temos um manifesto em que nós pontuamos várias situações. Eu já o assinei, sabem por quê? Porque amanhã eu não quero estar sendo ouvido lá no Ministério Público Federal, respondendo um processo, porque fui conivente com prova, com documentação, por prevaricação. Como servidores públicos que hoje nós somos, como Deputados que somos, se nós tomamos conhecimento de crimes ou pelo menos de indício de crime, é nosso dever tornar isso do conhecimento do Ministério Público Federal ou da autoridade competente para que essa prossiga com as investigações.

Quem nos dera que eu pudesse ver na cadeia todos esses que estão roubando o povo brasileiro!

Muito obrigado! Que Deus abençoe os senhores! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado, Deputado Cabo Sabino.

Passo a palavra ao Cel. João Vasconcelos Sousa e, depois, ao Sr. Marco Aurélio.

O grande desafio agora, Deputado Cabo Sabino, é saber se o Presidente coloca, segunda-feira, na Ordem do Dia, a questão do adiamento da CPI. Já está na mesa.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Tomara que coloque!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - É a história do marco legal. Eu acho que o marco regulatório é o grande desafio agora, para mexer nessa estrutura.

Com a palavra o Cel. João Vasconcelos Sousa.

O SR. JOÃO VASCONCELOS SOUSA - Espero que eu tenha contribuído, enquanto Diretor do SAMU. Espero também que a formatação que nós demos hoje à nova metodologia possa contribuir com a CPI.

Eu queria só a título de esclarecimento... A Deputada Gorete Pereira não está aqui, mas ela fez referência à cadeira de rodas com relação à Secretaria de Saúde. Nós temos cadeira de rodas no estoque da Secretaria de Saúde, que é distribuída mediante uma requisição do médico e identificação das pessoas que estão precisando da cadeira.



No mais, Deputado, eu quero me colocar à disposição e pedir ao Nosso Senhor Jesus Cristo que continue lançando muitas bênçãos aos que estão presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado, Cel. Vasconcelos.

Vou passar agora para o nosso Delegado Marco Aurélio para fazer suas considerações finais.

O SR. MARCO AURÉLIO FRANÇA - Da mesma forma, eu gostaria de me colocar à disposição da CPI. Sei que não é fácil. Há muitos interesses escusos por trás de tudo isso.

A missão dos Srs. Deputados é árdua, as resistências que aparecerão doravante vão tentar, de todas as formas, fazer com que a CPI seja frustrada, mas tem que ser tentado, tem que ir à frente, tem que bater em cima desses pontos que nós achamos relevantes, para poder mudar essa atual realidade.

No tocante à base, no que concerne às nossas atribuições na base, na estrutura, nós estaremos lá, com todas as formas, tentando combater o crime, tentando prestigiar e privilegiar as pessoas de bem, tentando punir as pessoas que procurarem, de todas as formas, trabalhar com algo que venha contra a lei.

Mais uma vez me coloco à disposição da Comissão. Se for necessário, virei em outras oportunidades. É uma honra participar e, de alguma forma, colaborar com a CPI.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado Delegado Marco Aurélio. Eu o parabenizo, porque o senhor foi um gigante nessa investigação. Foram quantos anos? Dois anos?

O SR. MARCO AURÉLIO FRANÇA - Desde 2013, nós tínhamos conhecimento, mas ela veio a estourar há 6 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Quer dizer, atuou e, sem dúvida nenhuma, foi a partir de ações como a sua, como a dos seus colegas lá de Minas Gerais, no caso de Minas, a Polícia Federal e o Ministério Público, que se acendeu a necessidade dessa investigação nacional por meio desta CPI.



Parabenizo também o Cel. Vasconcelos, que está com o SAMU. Para nós, isso é muito importante, porque o registro do SAMU é uma contraprova para qualquer dúvida em relação a isso aí. Então, parabéns aos dois.

Passo a palavra ao Dr. Valdetário, para fazer suas considerações finais. Em seguida, falará a Deputada Gorete Pereira.

O SR. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO - Bom, quero parabenizar a iniciativa do Deputado Odorico Monteiro, membro da CPI do DPVAT, pela realização desta audiência pública aqui no Estado do Ceará. Eu conversava com a Deputada Gorete Pereira e com o Deputado Cabo Sabino sobre a importância de momentos como este para se aprofundar o debate, para que a população local possa conhecer o trabalho dos Deputados, o que é uma CPI, qual o tipo de investigação nela se faz.

Ouvir o Delegado Marco Aurélio e ouvir o Cel. Vasconcelos é se permitir aprofundar um pouco mais nesse tema e poder, da CPI, retirar punições e avanços. Eu acredito que isso seja possível. Há várias ideias para o melhoramento da legislação que implica no dia a dia do DPVAT.

E a Ordem dos Advogados do Brasil, mais uma vez, se coloca à disposição para o que for necessário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Passo a palavra à Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu também gostaria de parabenizar o Deputado Odorico Monteiro por essa iniciativa, ele que convive semanalmente com pessoas como o Delegado Marco Aurélio, o Cel. Vasconcelos e o Valdetário e sabe do enorme esforço que nós estamos fazendo para que possamos sair, pelo menos, com um DPVAT melhor, que haja uma recompensa para a população. Nesse sentido, aquelas considerações feitas aqui pelo Delegado são fundamentais e realmente devem ser tomadas.

No mais, quero dizer que é muito importante que as pessoas acompanhem. Agora, nós tivemos esse prejuízo enorme, por causa do período eleitoral, mas nós estamos tentando essa prorrogação para que de fato se consiga continuar com o processo. Isso eu acho fundamental. Eu estou até aí com um manifesto, mas não vou assinar, porque eu estou a favor realmente é de uma prorrogação, porque eu



acho que esse 3 meses seguidos ficaram bastante prejudicados. Nós precisamos de mais 3 meses para que nós possamos realmente fazer um trabalho mais bem feito, para não ser como em toda CPI, que só dá em pizza, como o povo brasileiro já está acostumado a dizer e a ouvir. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odorico Monteiro) - Obrigado, Deputada Gorete.

Eu quero agradecer especialmente a toda equipe da CPI lá da Câmara, que esteve aqui conosco. Mais uma vez agradecer à Assembleia Legislativa do Ceará pelo espaço. Agradeço ao Cel. Vasconcelos, ao Dr. Marco Aurélio, nosso delegado, à Deputada Gorete Pereira, ao Deputado Cabo Sabino, a todos vocês que estão aqui, ao Dr. Valdetário também. E quero dizer que, quando nós fizemos essa opção de trazer a CPI até o Ceará, já tínhamos certeza dessa contribuição importante, para que nós entendêssemos toda a cadeia em que está envolvido o seguro DPVAT e os seus problemas.

Já solicitamos toda a documentação. Não só a documentação do inquérito produzido pelo Dr. Marco Aurélio, mas também a documentação produzida pela CPI aqui do Ceará.

Quero dizer que estou muito confiante. Já temos uma contribuição concreta. Eu estou me debruçando, por exemplo, sobre a questão de como nós podemos criar um Sistema Nacional de Trânsito, que aparentemente existe, mas que, na prática, não existe. Isso é um dos grandes problemas que temos hoje no País. Existem pelo menos hoje no Brasil 5 mil Municípios que não têm trânsito nenhum, e nem a União assume, nem os Estados assumem, nem os Municípios têm condição de assumir, porque não adianta cobrar do Município sem dar a ele a condição de ele fazer, isto é, equipamentos, recursos.

Nós temos que fazer com que o Ministério da Cidades tire do superávit primário o recurso que está lá há mais de 7 anos, São 3,5 bilhões de reais do DENATRAN, de forma que não é aplicado nem 1 centavo na política nacional de prevenção de acidentes.

Nós temos que ter uma política interministerial, envolvendo vários Ministérios, e uma interfederativa, envolvendo a União, os Estados e os Municípios, na



prevenção de acidente, e precisamos discutir o marco legal que rege hoje a própria Seguradora Líder e a SUSEP.

Então, eu acho que essas contribuições que nós vamos acumular são muito importantes. De um lado, é preciso mexer no marco regulatório; no outro, é preciso que a CPI venha a produzir subsídio suficiente para entregar às autoridades do Judiciário e à própria Polícia Federal para que todos aqueles envolvidos na cadeia de fraude sejam punidos. E depois a gente ficar, digamos, numa perspectiva de acompanhamento e seguimento disso. Ou seja, é um seguro universal, poucos países do mundo têm o seguro universal como o DPVAT. Independentemente de a pessoa ter pago ou não, se ela sofre o acidente, ela vai ter o benefício, vai receber.

Cada vez mais, quantos milhões de brasileiros ainda não têm nenhum carro, quantos milhões de brasileiros ainda não têm moto. E todo mundo, depois da casa própria, quer o veículo para se locomover. Ou seja, nós vamos aumentar a quantidade enorme de veículos no País. E isso tem que ser seguido de uma política de trânsito, de uma política de prevenção, e, ao mesmo tempo, é preciso que permaneça essa política de seguro.

Agora, nós não podemos deixar que a fraude atrapalhe uma política tão importante como essa. Por isso que é importante, em toda a cadeia, ele ser investigado, desde a fraude — acho que foi o grande objeto do trabalho e da contribuição do Dr. Marco Aurélio —, até essas questões que foram levantadas aqui pelo Deputado Cabo Sabino, na gestão do seguro, tanto pela Líder, pelas outras seguradoras e pela própria SUSEP, que fazia a investigação.

Mais uma vez, muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e já colocando que, na próxima semana, é possível que a gente tenha convocação para segunda-feira. Nós vamos ter, inclusive, reunião do Congresso e reunião extraordinária na Casa e da nossa CPI também.

Muito obrigado.

Aliás, já está marcada aqui reunião interna da Comissão na próxima segunda-feira, às 16 horas, na Câmara dos Deputados. Então, já está convocada a nossa próxima reunião.

Obrigado.
Está encerrada a reunião.